

## Da responsabilidade civil por danos causados em acidentes de trânsito, quando o veículo não mais pertence a quem aparece como dono no registro público

FRANCISCO FERNANDES DE ARAÚJO

Juiz de Direito — SP.

**SUMÁRIO:** Algumas considerações sobre propriedade, posse e mera detenção; Natureza jurídica do certificado de propriedade e do registro do contrato de compra e venda no Cartório de Títulos e Documentos; Sua validade relativa; Cabimento de denúncia pelo réu ao novo proprietário; Substituição processual “sui generis”; Ônus da prova e os efeitos da revelia na espécie; Carência ou improcedência da ação, em relação ao denunciante?; Conclusões.

### Algumas noções sobre a propriedade em geral

Diversas são as teorias sobre o fundamento jurídico da propriedade: teoria da ocupação; da lei; da especificação; da natureza humana, e assim por diante.

Segundo esta última, a autoridade pública não pode abolir esse direito, mas apenas regular o seu uso.

Não nos alongaremos sobre a parte histórica do direito de propriedade, a fim de nos fixarmos mais nos pontos considerados específicos e relevantes, em consonância com o objetivo deste trabalho.

Registramos, contudo, “en passant”, que o direito de propriedade, o mais importante e o mais sólido de todos os direitos subjetivos, o direito real por excelência, é o eixo em torno do qual gravita o direito das coisas, na feliz expressão de Washington de Barros Monteiro. É a pedra fundamental de todo o direito privado oponível *erga omnes* (“Curso de Direito Civil”, 21.<sup>a</sup> edição, Saraiva, 1982, Direito das Coisas).

Tem como elementos constitutivos o *jus utendi*, o *jus fruendi*, e o *jus abutendi*. O primeiro, o direito de usar, compreende o de exigir da coisa todos os serviços que ela pode prestar, sem alterar-lhe a substância; o segundo, o direito de gozar, por sua vez consiste em fazer frutificar a coisa e auferir-lhe os produtos; e o

último, o direito de dispor, o mais importante e abrangente dos três, diz respeito ao poder de consumir a coisa, aliená-la de ônus e submetê-la ao serviço de outrem.

Consoante dispõe o art. 525, do Código Civil, "É **plena** a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; **limitada**, quando tem ônus real, ou é resolúvel".

Resolúvel ou revogável é a propriedade que no próprio título de sua constituição encerra princípio que a tem de extinguir, realizada a condição resolutória, ou vindo o termo extintivo, seja por força da declaração de vontade, seja por determinação da lei.

A propósito, o pacto de melhor comprador, (art. 1.158, CC); o fideicomisso (art. 1.734); a preferência dos condôminos (art. 1.139) etc.

Para proteção específica da propriedade existe **ação reivindicatória** de natureza real, exercitável **adversus omnes**, estabelecendo relação direta entre o homem e a coisa.

Cabe apenas a quem tem **jus in re** (direito sobre a coisa).

O direito de propriedade, embora de suma importância dentre os direitos subjetivos, conforme visto, sofre restrições no ordenamento jurídico, a nível constitucional, administrativo, militar, eleitoral, penal, civil etc.

Assim, e apenas para exemplificar, o art. 170, da Constituição Federal, em seus incisos III e VI, manda observar os princípios da "função social da propriedade", e da "defesa do meio ambiente", respectivamente. Também o § 2.º, do art. 182, prevê que "A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor". Igualmente, o art. 184 estabelece que "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social".

Conclui-se, portanto, que nem mesmo o direito de propriedade é absoluto, apesar de toda a sua força, em relação a outros direitos subjetivos.

### Da aquisição da propriedade de bens móveis e imóveis

A aquisição de bens imóveis ocorre pela transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis, pela acessão, pelo usucapião, e também pelo direito hereditário (art. 530, CC).

O mesmo estatuto, nos arts. 592 e seguintes, prevê as diversas modalidades de aquisição e perda da propriedade móvel, tais como a ocupação, a caça, a pesca, a invenção, o tesouro, a especificação; a confusão, comistão e adjunção; o usucapião e a tradição.

Do ponto de vista histórico, o direito de ocupação foi o primeiro e o mais importante dos modos de adquirir o domínio. Atualmente, porém, mostra-se bastante restrita sua aplicação, porque extraordinariamente limitado o número de coisas sem dono. Praticamente, nos dias atuais, circunscreve-se o direito de ocupação, tão-somente, aos animais e objetos inanimados passíveis de invenção (ato de achar coisa alheia perdida).

Para o trabalho que aqui se pretende desenvolver, tem especial interesse a **tradição**, como modo de transferir a propriedade de coisa móvel.

**Tradição** é a entrega da coisa móvel ao adquirente, o ato pelo qual se transfere a outrem o domínio, em virtude de título translativo da propriedade. Dois,

portanto, os requisitos para que ela exista: acordo das partes, no sentido de transferir a propriedade, e execução desse acordo mediante entrega da coisa.

A **tradição** é para os bens móveis o que a **transcrição** representa para os bens imóveis. O direito pessoal, resultante do acordo de vontades, transforma-se em direito real com a efetiva tradição da coisa. É ato externo que torna pública a transferência do domínio.

Na alienação fiduciária, art. 66, da Lei 4.728/65, com redação dada pelo DL 911/69, ocorre exceção à regra do art. 620, do CC, pois a transferência do domínio para o credor ocorre independentemente de tradição, porquanto o devedor mantém a posse direta e permanece como depositário da coisa alienada.

No caso dos contratos de compra e venda com reserva de domínio, antes regulados pelo DL n.º 1.027/39, e agora pela Lei n.º 6.015/73, art. 129, § 5.º (Lei dos Registros Públicos), a tradição da coisa não opera a transferência do domínio, que fica reservado ao vendedor até que o comprador resgate o preço acordado.

A **tradição** pode ser **real**, **simbólica** ou **ficta**.

É **real** quando concretizada pela efetiva entrega da coisa ao adquirente, ou a um terceiro, mas por ordem deste.

**Simbólica** é a tradição quando a entrega real é substituída por ato equivalente, como a entrega das chaves da coisa ou do lugar onde ela se acha. Esta modalidade é importante no Direito Comercial (art. 220, CCo), e no Direito Falimentar (arts. 76 e segs., do DL 7.661/45).

Finalmente, a tradição é **considerada ficta** quando decorrente do **constituto possessório**. Nesse caso, o **tradens** (vendedor) continua na posse da coisa, não mais em seu nome, mas em nome e por conta do adquirente. O **constituto possessório** é, assim, **tradição convencional**.

Conforme dispõe o art. 621, do CC, "se a coisa alienada estiver na posse de terceiro, obterá o adquirente a **posse indireta** pela cessão que lhe fizer o alienante de seu direito à restituição da coisa". E arremata o parágrafo único, que nesse caso e também **pelo constituto possessório**, "a aquisição da posse indireta equivale à tradição".

Verifica-se, pelo art. 620, do CC, que é **pela tradição e não pelo contrato que se opera a transferência do domínio da coisa móvel**. Enquanto não se fizer a tradição do bem, o comprador tem apenas direito pessoal, não sendo considerado proprietário. O direito real só nasce com a tradição. Isso significa que, sem a tradição, o adquirente não pode reivindicar o objeto, **resolvendo-se a questão em perdas e danos**, mediante ajuizamento de ação própria, se for o caso.

Contudo, existem casos especiais, por exceção, em que se dispensa a tradição, decorrendo a transferência da simples manifestação de vontade. Exemplo: se já estou de posse de uma coisa que me fora emprestada, e depois venho a adquiri-la, resultará a tradição do só efeito da vontade. Da mesma forma, no casamento realizado sob o regime de comunhão universal de bens, a transferência do domínio efetua-se independentemente de tradição, em virtude da solenidade inerente a esse ato (art. 262, CC). Também a transferência de ações nominativas de sociedades anônimas, ao contrário das ações ao portador, que se transferem por simples tradição, se realiza mediante termo lavrado no livro de "Transferência de Ações Nominativas" (art. 31, § 1.º, e 33, par. único, da Lei n.º 6.404/76).

Por outro lado, se aquele que transfere não é o proprietário, o ato não terá valor jurídico. Nesses casos poderá configurar o delito de estelionato previsto no art.



171, § 2.º, I, do CP. Todavia, por imposição de equidade, e conforme prevê o art. 622, do CC, se o adquirente estiver de boa-fé, e o alienante vier a adquirir posteriormente o domínio, revalidar-se-á a transferência, e essa revalidação processar-se-á **ex tunc**, isto é, surtirá efeitos desde o momento da venda. Assim, aquisição a **non domino** (por quem não é dono) é negócio inexistente, ante o verdadeiro proprietário; no entanto, se este vem a ratificá-la, ou se o vendedor se torna proprietário, o ato convalesce.

Finalmente, diz o par. único do art. 622, do CC, que “também não se transfere o domínio pela tradição, quando tiver por título um ato nulo”.

Precedendo a tradição, é necessário que haja um ato de vontade, com a finalidade de transmitir o bem móvel. Se, por exemplo, “A” empresta a “B” um bem móvel, e “B” o recebe a título de doação, existe, aí, um vício de vontade, o erro, e, portanto, não existirá a tradição com efeito de transferência de domínio. Assim também pode ocorrer, se algum outro vício do ato estiver presente (art. 145 e incisos, do CC).

### Da posse e da mera detenção

Na explicação do conceito da posse surgiram numerosas teorias, que, no entanto, podem agrupar-se em “subjetivas” ou “objetivas”, tendo Savigny à frente das primeiras, e Ihering liderando as segundas, consoante menção dos autores em geral.

Para Savigny, posse exige **corpus** e **animus**, ou seja, a coisa é a vontade de possuí-la. Já para Ihering, basta o **corpus** como exteriorização do domínio sobre a coisa.

A lei pátria acolheu a teoria objetiva, de forma pioneira (art. 485, CC), seguida nesse passo por outros códigos contemporâneos e modernos.

Abordaremos, aqui, apenas alguns aspectos reputados mais relevantes dessas interessantes questões sobre a posse, e também no que concerne à mera detenção, para dar sustentação às conclusões a que nós propomos, sem nos aprofundarmos, inclusive quanto às maneiras de aquisição e perda da posse em geral, e todos os seus efeitos jurídicos, pois do contrário alongaríamos por demais este trabalho, sem objetivo prático.

A posse constitui o sinal exterior da propriedade. É um dos elementos integrantes desse direito. A posse é direito juridicamente protegido, no dizer de Ihering, para quem se trata de direito real, ao passo que Savigny o considerava direito pessoal.

O Código de Processo Civil atual, em perfeita sintonia com o Código Civil, e a teoria objetiva de Ihering, adotada, no art. 95 atribui direito real imobiliário à posse, razão pela qual, nos casos do art. 10, do mesmo estatuto, há necessidade da intervenção de ambos os cônjuges, conforme entendimento predominante (RT 491/71, 514/203, 515/95, 530/79, 611/122; RF 265/321; RJTJESP 37/142, 55/103, 58/120; JTA 107/281 etc.).

A posse pode pertencer legalmente a mais de uma pessoa (composse), e, nesse caso, cada qual, de per si, poderá exercer o respectivo direito, desde que não exclua o direito do compossuidor (art. 488, CC).

A posse pode ser **direta** ou **indireta**. Assim, apenas para exemplificar, o usufrutuário tem a posse direta, que não anula, mas coexiste com a posse indireta do nu-proprietário. O mesmo se diga do locatário em relação ao proprietário do imóvel,

do credor pignoratício, do depositário, do comodatário e do inventariante, pois a posse destes não elimina a do devedor, do depositante, do comodante e dos herdeiros, e assim por diante.

O possuidor indireto também goza da proteção possessória para defesa da posse direta. Assim, o locador pode defender-se pelos interditos contra a turbção de terceiros, embora não possa fazê-lo contra o próprio locatário.

A posse também pode ser **justa** ou **injusta**. É justa quando não for violenta, clandestina ou precária (art. 489, CC). Violenta é a posse conseguida à força, sem amparo legal; clandestina é aquela que se estabelece de forma sub-reptícia; precária, a que se origina do abuso de confiança por parte de quem recebe a coisa com a obrigação de restituí-la, e depois se recusa a fazer a entrega. A tutela, em todos os casos, tem por fundamento primeiro a paz social.

A posse pode, ainda, ser de **boa** ou de **má-fé**. É de boa-fé a posse se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa, ou do direito possuído (art. 490, CC). E o possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção (par. único). A posse de boa-fé só perde esse caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente (art. 491, CC), e salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter, com que foi adquirida (art. 492, CC).

A posse civil ou jurídica **se contrapõe à mera detenção**. De fato, diz o art. 487, do CC, que “Não é possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas”.

Aí se encontra prevista a **posse natural** ou **mera detenção**, e não posse legal ou civil. É mera custódia, conforme observa Pothier, insuscetível de produzir efeitos jurídicos, ou a posse sem o **animus rem sibi habendi** (vontade de possuir para si), segundo Savigny.

“Não induzem posse os atos de mera **permissão** ou **tolerância**, assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência, ou a clandestinidade” (art. 497, CC).

**Permissão** é expressa; **tolerância** é virtual ou tácita.

O mero detentor, citado para uma ação relativa à coisa possuída, deverá nomear à autoria o proprietário ou o verdadeiro possuidor, conforme estabelece o art. 62, do CPC, sob pena de responder por perdas e danos (art. 69).

A posse prolongada pode resultar em **usucapião**, se preenchidos os requisitos legais à espécie, ou seja, tem o importante efeito de gerar o direito de propriedade, operando-se a chamada prescrição aquisitiva, em contraposição à prescrição extintiva. O usucapião de coisas móveis ocorre em três anos, quando a posse tem respaldo em justo título e boa-fé, ou em cinco anos, sem tais predicados (arts. 618 e 619, CC), somando-se a posse antecedente (arts. 552 e 553, CC).

A posse pode ser **“velha”** ou **“nova”**, o que tem relevância para a concessão ou não de liminar. Segundo os doutrinadores, é bastante obscura a história do direito, a propósito da fixação desse prazo.

O traço distintivo entre as ações de **força nova**, caracterizadas pela posse de **menos de ano e dia**, e aquelas, de **força velha**, quando acima desse prazo (art. 523 e par. único, CC), é que somente nas primeiras cabe a concessão de liminar de manutenção ou de reintegração.

Com efeito, diz o art. 507, do CC, que "Na posse de menos de ano e dia, nenhum possuidor será mantido, ou reintegrado judicialmente, senão contra os que não tiverem melhor posse"; e no parágrafo único, que "Entende-se melhor a posse que se fundar em justo título; na falta de título, ou sendo os títulos iguais, a mais antiga; se da mesma data, a posse atual. Mas, se todas forem duvidosas, será sequestrada a coisa, enquanto se não apurar a quem toque". E o art. 508, do mesmo estatuto material, dispõe que "Se a posse for de mais de ano e dia, o possuidor será mantido sumariamente, até ser convencido pelos meios ordinários", ou seja, nesse caso a concessão de liminar será sempre a favor do possuidor que tenha a posse há mais de ano e dia.

As ações possessórias dizem respeito ao **jus possessionis**, e não ao **jus possidendi**. Este consiste no direito à posse decorrente do direito de propriedade, enquanto aquele se refere ao direito de posse, resultante exclusivamente da posse, compreendendo o poder sobre a coisa e sua defesa pelos interditos. Na pendência do processo possessório é desfeito, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio (art. 923, CPC), mas é evidente que será deferida a posse a quem tiver o domínio, se com base neste for ela disputada (Súmula n.º 487, do STF).

### **Natureza jurídica do certificado de propriedade de veículo, e do registro do contrato de compra e venda no Cartório de Títulos e Documentos. Sua validade relativa**

Consoante acórdão publicado in RT 593/147, citando obra de Arnaldo Rizzardo, que, por sua vez, se reporta a ensinamento de Wilson Melo da Silva, **conditio sine qua non** para a transferência de propriedade é o registro de bens imóveis. O veículo não é bem imóvel. Pressuposto para documentar ou solenizar a compra e venda é o contrato, concertado entre vendedor e comprador, seguido de simples entrega da coisa do antigo para o novo dono. O registro visa a surtir efeitos no tocante à prova perante terceiros, valendo o instrumento **erga omnes**, e assegurando-se o titular contra possíveis alienações a **non domino**, penhoras e outras medidas constritivas judiciais. Tanta importância é dada ao contrato particular que o **certificado de propriedade do trânsito é fornecido apenas para autorizar a circulação**. Esta é a sua natureza. Não é solenidade essencial para a transferência de propriedade. Com maior razão o registro do contrato particular, cuja finalidade adstringe-se à oponibilidade a terceiros" ("A Reparação nos Acidentes de Trânsito", Ed. RT, 1984, pág. 58, g.n.).

Conforme esclarecimento supra, do qual compartilhamos, não é o certificado fornecido pela autoridade de trânsito que transfere a propriedade do veículo. A eficácia da transferência, não elidida por ausência de tal documento, se opera a partir da existência do contrato de venda e compra, intrínseca e extrínsecamente correto, com aperfeiçoamento pela efetiva tradição do bem móvel ao comprador.

No que concerne ao registro do contrato no Cartório de Títulos e Documentos, cabe trazer a lume o que dispõe o art. 135, do Código Civil, no sentido de que "O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, sendo subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor. Mas os seus efeitos, bem como os de cessão, não se operam, a respeito de terceiros (art. 1.067), antes de transcrito no registro público". E arremata o par. único, que "A prova do instrumento particular pode suprir-se pelas outras de caráter geral".

O art. 1.067, com remissão feita pelo art. 135, diz que "Não vale, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se se não celebrar mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do art. 135".

Com efeito, reza a Súmula n.º 489, do STF, que "A compra e venda de automóvel não prevalece contra terceiros, de boa-fé, se o contrato não foi transcrito no registro de títulos e documentos" (RTJ 34/88, 45/278 e 84/929).

A propósito, previa o art. 136, § 7.º, do Decreto n.º 4.857/39, que dispunha sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil, **que estavam sujeitos a transcrição, no registro de títulos e documentos, para valerem contra terceiros, "os contratos de compra e venda de automóveis, bem como o de penhor dos mesmos, qualquer que seja a forma de que se revistam"**.

Esse Decreto foi revogado pela atual Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), que no art. 129 dispõe sobre a **sujeição a registro**, no Cartório de Títulos e Documentos, **para surtir efeitos em relação a terceiros**, dos contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária (§ 5.º), e também as quitações, recibos e **contratos de compra e venda de automóveis**, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam (§ 7.º).

O § 7.º, do art. 129, acima mencionado, vem repetido, *ipsis litteris*, no Provimento n.º 58/89, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Normas de Serviço — Cartórios Extrajudiciais - Tomo II — Capítulo XIX — Seção I, item "5", letra "g").

Outrossim, prevê o art. 130, da referida Lei n.º 6.015/73, que "dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data da sua assinatura pelas partes, todos os atos enumerados nos arts. 127 e 129, serão registrados no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em todas elas". Acrescenta o par. único, que "Os registros de documentos apresentados, depois de findo o prazo, produzirão efeitos a partir da data da apresentação".

Segundo ensinamento de Walter Ceneviva, em relação a terceiros, a ocorrência de efeitos depende do registro e não da apresentação ("Lei dos Registros Públicos Comentada", 3.ª Edição, Saraiva, 1982, pág. 284).

O mesmo autor esclarece que "efeito do registro é a oponibilidade ativa e a inoponibilidade passiva, em relação a todas as pessoas, na medida em que sejam submetidas ao ordenamento jurídico brasileiro (ob.cit., pág.278).

Verifica-se a preocupação constante, do legislador e dos tribunais, no sentido de proteger os terceiros de boa-fé, que realizam negócios com a presunção de que estão amparados quanto à boa origem do bem adquirido e posto sob registro, tendo em vista a fé pública de que este se reveste.

"Fé pública é a confiança que se deve ter a respeito dos documentos emanados de autoridades públicas ou de serventuários da justiça, em virtude da função ou ofício exercido. A fé pública assenta, assim, na presunção legal de autenticidade dada aos atos praticados pelas pessoas que exercem cargo ou ofício público. A fé pública se funda, pois, nesta presunção. E não pode ser elidida, desde que não se prove, com fatos concludentes e irrefutáveis, não ser a verdade aquela que, por sua fé, atesta o documento" ("Vocabulário Jurídico", por De Plácido e Silva, Forense, 3.ª Edição, 1973).



Por consequência, há que distinguir dois momentos no que diz respeito a veículo registrado na repartição de trânsito e ou no Cartório de Títulos e Documentos, em nome de determinada pessoa.

**Num primeiro momento**, tal pessoa é a proprietária do veículo, pois o registro em seu nome presume ter havido a **tradição do bem, real, simbólica ou ficta**, aperfeiçoando-se, dessarte, o prévio contrato de venda e compra. **Num segundo momento**, se o veículo foi vendido por aquele que consta como proprietário nos referidos registros, aperfeiçoando-se o contrato de venda e compra pela tradição do móvel, igualmente **real, simbólica ou ficta**, só não será responsabilizado o vendedor perante quem exigir reparação de danos causados pelo veículo, se provar a venda anterior à data dos fatos, de forma irrefutável e concludente, por todos os meios legalmente permitidos em direito (par. único, do art. 135, do CC). Inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos (art. 5.º, LVI, da CF).

A fé pública quanto à autenticidade e atualidade do que consta nos registros públicos, na hipótese, é de presunção relativa (*"juris tantum"*). Só prevalece até prova em contrário, em contraposição com a presunção absoluta (*"juris et de jure"*), que não admite essa prova.

Entretanto, o ônus dessa prova é exclusivamente de quem dela procura se beneficiar, quando demandado, conforme estabelece o art. 333, II, do CPC, no sentido de que "O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impositivo, modificativo ou extintivo do direito do autor".

Exigir que o autor provasse que o veículo já não mais pertence ao réu estaria frontalmente contrário à disposição legal quanto à distribuição do ônus da prova, e seria deveras injusto. Por tal razão, inclusive, sustentamos a regularidade e até a conveniência, do cabimento de denunciação da lide ao alegado comprador do veículo, conforme argumentos expendidos em item específico, ao qual nos reportamos a respeito.

Sobre a **relatividade** do valor atribuído ao registro na repartição de trânsito e no Cartório de Títulos e Documentos, para os fins especificados, e também quanto ao verdadeiro alcance da Súmula n.º 489, do STF, decisão dessa Colenda Casa de Justiça, in RT 575/277, que aceitou fundamentos do v. acórdão impugnado, nos seguintes termos:

"Cogita-se de responsabilidade de vendedor de veículo cuja transferência não se operou no órgão administrativo competente, nem ocorreu a transcrição, do instrumento particular de compra e venda no Registro de Títulos e Documentos. Entendeu a sentença que, diante da inexistência do registro, a venda não isenta de responsabilidade o primitivo proprietário do caminhão. A venda anterior ao acidente é indubitosa. A ré cancelou o seguro do caminhão e providenciou o recibo de quitação do IAPAS para que o comprador fizesse junto ao DETRAN a transferência da propriedade do veículo. Há jurisprudência no sentido de que, enquanto não registrado o documento de venda ou transferida a propriedade do veículo junto ao DETRAN persiste a responsabilidade do anterior proprietário. Tal entendimento baseia-se, sobretudo, no art. 135, do CC, pelo qual os efeitos de instrumento particular não se operam a respeito de terceiros, antes de transcrito no Registro Público. Mas, em matéria de culpa aquiliana, a responsabilidade é pessoal, não podendo ser estendida pela aplicação de preceitos alheios ao instituto. Nos casos de acidente causado por empregado, no exercício do trabalho, a responsabilidade do patrão decorre do n.º III, do art. 1.521, do CC. Assim, se quem provoca o acidente é o empregado, o seu patrão, e não outrem, é o responsável pela reparação

do dano. Estender-se a responsabilidade a terceiro somente porque o documento de venda não foi registrado não se coaduna com a princípio incontroverso no sentido de que a propriedade de bem móvel se transfere com a tradição, alcançando aquele que pela legislação civil não estava obrigado à reparação do dano".

E, mais adiante, prossegue o acórdão: "... **também não tem aplicabilidade à hipótese dos autos a Súmula 489**". Como se verifica pelas decisões que lhe deram causa, a presunção por ela estabelecida foi no sentido de proteger o terceiro de boa-fé no caso de venda de automóvel a **non domino** (transferência por quem não é dono). Declarou o Relator dos Embargos 51.952: "A consequência, pois, a tirar-se do registro exigido pelo Decreto 4.857/39 é que ele transfere a propriedade do automóvel, independentemente da tradição. Estando, pois, inscrito o recibo de compra, está o comprador armado da ação de imissão na posse contra o alienante e terceiro detentor, nos termos do Código de Processo Civil, arts. 381, I e 382" (RTJ 34/90). "Portanto, como se verifica, o que a Súmula deixou claro foi haver a tradição do veículo quando registrado o contrato de compra e venda, independentemente da transmissão efetiva. Ora, no caso ficaram provadas não só a venda como a tradição do veículo, razão por que não há como alegar incidência da Súmula 489. Na verdade, é de se admitir, nas presunções *juris tantum*, ser proprietário do veículo aquele em cujo nome está registrado no DETRAN. Elidida, porém, esta presunção com a prova da venda e da tradição do veículo, não há como conceber sua responsabilidade. Acresce que a mudança do nome no registro de trânsito é providência que cabe ao adquirente, e não tem sentido que o vendedor seja responsabilizado por omissão do comprador" (g.n.).

Verifica-se que o v. acórdão do STF, parcialmente transcrito, apesar de ser de 08.02.83, ainda se refere ao Decreto n.º 4.857/39, agora substituído pela Lei n.º 6.015/73, e aos arts. 381, I, e 382, do CPC anterior, neste passo sobre a ação de imissão na posse, não mais prevista expressamente no atual CPC, mas que subsiste no ordenamento jurídico pátrio, conforme ensinamentos de Ovídio A. Baptista da Silva ("A Ação de imissão de posse", Edição Saraiva, 1981).

Não obstante a observação, o referido acórdão traz a lume os fundamentos que permanecem incólumes quanto à sua atual validade, para a sustentação das conclusões apresentadas neste trabalho.

Finalmente, releva consignar que a referência feita ao § 7.º, do art. 129, da Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015/73), atualizada pela de n.º 6.941/81, aos contratos de compra e venda de **automóveis**, repetindo o direito anterior (Decreto 4.857/39), e tendo em vista o Código Nacional de Trânsito, a **expressão também deve ser entendida como pertinente a todos os veículos automotores, que tenham propulsão terrestre por força automotora**, incluindo tratores, caminhões, motocicletas etc., conforme adverte Walter Ceneviva. (ob. cit.) O registro desses veículos é feito na repartição de trânsito; as quitações, contratos e recibos é que, para valerem perante terceiros, com os limites apontados, serão levados a registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Aqui, outras decisões responsabilizando o verdadeiro proprietário do veículo e não aquele em cujo nome constava nos registros públicos: RT 459/198, 489/177, 511/242, 513/265, 514/271, 526/71, 526/224, 542/232, 572/108, 574/150, 580/159, 586/120, 608/217. Em sentido contrário: RT 485/189, 489/216, 511/247.

## Da responsabilidade civil nas hipóteses enfocadas neste trabalho

Dono do veículo. Cuidando-se de bem móvel, o domínio pode ser demonstrado por quaisquer meios legais (RT 437/127, 489/177, 497/212, 511/242, 544/147; JTA 66/85, 70/67, 77/122).

Em regra, o domínio do bem móvel se opera pela tradição, e se esta não ocorre, há de se resolver o respectivo contrato de compra e venda em perdas e danos.

A transferência de propriedade do veículo, na repartição de trânsito, ou o registro no Cartório de Títulos e Documentos, para valer perante terceiros, cabe ao comprador, mas, muitas vezes, principalmente em relação a quem se dedica ao mercado de compra e venda de veículos, o recibo costuma ser assinado em branco e sem data, para possibilitar a revenda sucessiva, sem os gastos da transferência, ocasionando, não raro, sérias dificuldades para apurar a responsabilidade civil pelos danos causados em eventual acidente.

Provado o domínio, contudo, "O dono do veículo responde sempre pelo ato culposo de terceiros a quem o entregou, seja preposto ou não" (RT 268/204, 455/242, 496/85, 506/257).

A responsabilidade do dono do veículo tem fundamento no "princípio da causalidade na culpa da guarda da coisa" (RT 305/492).

Com efeito, de acordo com ensinamento de Aguiar Dias, "O dever jurídico de cuidar das coisas que usamos se funda em superiores razões de política social, que induzem, por um ou outro fundamento, à presunção de causalidade de quem se convencionou chamar "o guardião da coisa", para significar o encarregado dos riscos dela decorrentes" ("Da responsabilidade Civil", Vol. II/12).

Conforme preleciona o competente magistrado e jurista Wladimir Valler ("Responsabilidade Civil e Criminal nos Acidentes Automobilísticos", 1.<sup>a</sup> Edição, Julex, Vol. I, pag. 80), "A responsabilidade do proprietário do veículo não resulta de culpa alguma, direta ou indireta. Não se exige a culpa *in vigilando* ou *in eligendo*, nem qualquer relação de subordinação, mesmo porque o causador do acidente pode não ser subordinado ao proprietário do carro, como, por exemplo, o cônjuge, o filho maior, o amigo, o depositário, etc. Provada a responsabilidade do condutor e a circunstância do seu proprietário, fica este necessária e solidariamente responsável, como criador do risco para os seus semelhantes. Confiando o veículo a outrem, filho maior ou estranho, o proprietário assume o risco do uso indevido e como tal é solidariamente responsável pela reparação dos danos que venham a ser causados por culpa do motorista".

Ocorrem, no entanto, algumas exceções a tal regra, dentre as quais destacamos que o dono não responde quando o veículo lhe foi furtado ou roubado, e os danos foram causados pelos ladrões, porquanto incide, aí, a figura do "caso fortuito" (RT 463/244, 466/68, 483/84, 493/57, 584/146), salvo se houve negligência de sua parte, como, por exemplo, se deixou o automóvel aberto e com as chaves no contato.

Igualmente, se entrega o veículo para limpeza ou conserto, respondendo, no caso, o patrão e o empregado, solidariamente, observado, quanto a este, o disposto nos arts. 2.<sup>o</sup> e 462, § 1.<sup>o</sup> da CLT, no pertinente (RT 430/271, 465/158, 491/66).

No caso de garagens em condomínio, geralmente se exige que as chaves fiquem no contato. Se o manobrista ou terceiro causar danos com o veículo, responde o próprio Condomínio, ressalvado o direito de regresso, se for o caso, eis que na hipótese existe um contrato tácito de guarda.

Ainda existem muitas outras situações que incide a responsabilidade do dono do veículo pelos danos causados, mas que não serão enumeradas aqui, porque extravasariam em demasia os limites deste trabalho.

Ressalte-se, no entanto, que, na dúvida a respeito do veículo ter ou não sido vendido para o causador dos danos, responde este com o proprietário em cujo nome se encontra o veículo, solidariamente (RT 570/221).

**Possuidor Direto.** O possuidor direto, a qualquer título, também, responde, inclusive solidariamente com eventual preposto ou assemelhado, que dirige o veículo no momento da prática dos danos.

Preposto, na lição de Cunha Gonçalves, "não é necessário que seja remunerado. Ainda que só receba gorjetas, ou preste serviços em troca de outros serviços ou favores, ou só por amizade, sem nenhuma compensação, a qualidade de preposto será certa" ("Tratado de Direito Civil", Vol. XII, n.<sup>o</sup> 1.290, pag. n.<sup>o</sup> 865).

Assim, "o possuidor é sempre responsável pela conseqüente reparação de danos causados em acidentes de veículos" (RT 459/198, 580/159; "Julgados" do TAMG 15/293).

E a exemplo da responsabilidade civil do proprietário, também em relação ao possuidor existe variada gama de situações que a ensejam, mas que não serão abordadas aqui, dentre as quais destacamos por mera amostragem, que também no caso de alienação fiduciária responde o possuidor (RT 519/130), e que o locatário responde solidariamente com a locadora de veículos pelos danos que causar (Súmula n.<sup>o</sup> 492, do STF), situação que não se aplica ao "leasing" (STF-Bol. AASP 1.543/163).

**Mero Detentor.** Responde solidariamente com o proprietário ou possuidor (RT 268/204, 382/142, 429/204, 435/214, 458/89, 476/108, 496/85, 506/257).

## Do cabimento da denunciação da lide na espécie

Embora uma ou outra decisão não a consinta (RT 502/102), não há dúvida de que cabe denunciação da lide em ações de rito sumaríssimo, em geral, e com bastante incidência em casos de reparação de danos causados em acidentes de veículos (art. 275, II, "e", CPC). A propósito, RT 481/98, 505/95, 537/163; RJTJESP 44/56, 50/54; RF 251/250.

Essa possibilidade também ocorre para danos de natureza pessoal (RT 475/91, 501/105, 541/210; RJTJESP 50/41); o mesmo sucedendo para haver indenização advinda de seguro obrigatório de responsabilidade civil, disciplinada pelo DL 814/69 (RT 468/72, 470/99, 477/112, 497/101; RJTJESP 40/72, 62/214; RF 251/250; JTA 35/210, 35/124).

Outrossim, considerando que o tema da denunciação é bastante amplo, e até complexo, procuraremos nos ater mais à questão que diz respeito diretamente a este trabalho, buscando uma relativa concisão da matéria.

"No sistema processual vigente a denunciação à lide, como se vê do disposto no art. 70, III, e art. 76, do CPC, não estabelece solidariedade entre denunciante e denunciado em face do adversário do primeiro. Procedente a ação e reconhecida a responsabilidade do denunciado, haverá também sentença sobre essa responsabilidade do denunciado em face do denunciante, condenado aquele a indenizar este" (RT 566/228).



Assim, a denunciação à lide faz nascer dentro do mesmo processo uma ação secundária e conexa, movida pelo denunciante contra o denunciado, a ser processada e julgada conjunta e simultaneamente com a ação principal, movida pelo autor contra o denunciante.

Algumas decisões desacolheram a denunciação, porque entenderam não haver direito de regresso no caso demandado, não sendo possível a exclusão do denunciante e a condenação do denunciado, também, ensejando a nulidade do processo, eis que o autor é litigante estranho na lide formada entre denunciante e denunciado.

Assim entendeu acórdão publicado in RT 544/227, nos seguintes termos:

"Feita a denunciação da lide pelo réu, com a finalidade de assegurar seu direito de regresso contra a parte litisdenunciada, que a aceita, contestando o pedido, prossegue o processo entre autor, de um lado, e, de outro, como litisconsortes passivos, o denunciante e o denunciado (art. 75, I, CPC), impondo-se, em tal hipótese, que a sentença, ao dar pela procedência da ação, declare a responsabilidade por perdas e danos para valer como título executivo (art. 76). Por isso, incide em nulidade, de pleno direito, decretável de ofício, a sentença que, excluindo o réu, litisdenunciante, julga procedente o pedido, condenando tão-só o litisdenunciado, como se contra este houvesse sido proposta ação direta, quando é certo que o autor é litigante estranho na lide formada entre denunciante e denunciado, sujeita à declaração da responsabilidade das perdas e danos, para os efeitos de assegurar ao réu, litisdenunciante, seu direito de regresso."

Outra decisão, com esta ementa: "A alegação de ilegitimidade de parte não ampara pedido de denunciação da lide, visto que esta tem a natureza de ação de regresso" (RT 595/226). Da mesma forma, "Não existindo nenhum dispositivo legal ou contratual obrigando a indenizar em ação regressiva, é inteiramente incabível a denunciação da lide nos termos do art. 70, III, do CPC" (RT 564/228).

A denunciação também foi negada, para responsabilizar préposto (RT 544/233). Igualmente não teve acolhida, por se entendê-la incabível no caso de mero **direito regressivo eventual, a surgir na sentença condenatória do réu** (RT 598/171); e que, se não há direito regressivo, não cabe a denunciação (STF-RT 605/241, 631/255; RTJ 126/404).

"A denunciação da lide, fazendo surgir na demanda principal demanda secundária, movida pelo denunciante contra o denunciado, há de se impor julgamento simultâneo, dada a conexidade das ações. Destarte, não pode a sentença, acolhendo o pedido do autor da ação principal, condenar o denunciado, excluindo da lide o denunciante" (RT 558/205).

E também se conclui que, se o réu aponta, com precisão, o verdadeiro responsável, indicando-o como quem tinha de estar em seu lugar no processo, não cabe denunciação à lide, por não se enquadrar nas hipóteses do art. 70, do CPC, porque em relação ao nexo causal adotou o Código Civil a teoria do dano direto e imediato (art. 1.060), rompendo-se tal nexo não só quando o credor ou terceiro é o autor da causa próxima de novo dano (solução de Mosca, na sua teoria de causalidade jurídica), mas, ainda, quando a causa próxima é fato natural (teoria de Coviello, segundo o qual o fato natural rompe o vínculo) (RT 583/138).

E por derradeiro, na análise de algumas decisões contrárias ao nosso entendimento, não se acolheu a denunciação, com o fundamento de que inexistia direito de regresso no caso de alienação de veículo antes do evento danoso (RT 584/138).

Esta última decisão diz respeito diretamente com a questão objetivada neste estudo.

Mas existem também entendimentos que dão suporte à tese que sustentamos.

Com efeito, "Não há qualquer prejuízo em que a sentença dê pela carência da ação, em relação ao denunciante, e pela procedência ou improcedência, quanto ao denunciado" (RJTJESP 101/144). E este outro acórdão: "Ocorrendo ilegitimidade passiva, o conseqüente é a extinção do processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC. Mas denunciada, embora irregularmente, a lide pelo réu ao autor do dano e este aceitando a titularidade da defesa, aproveita-se o processo pelo permissivo do art. 250, parágrafo único, do diploma formal" (RT 536/208).

Mais será abordado no transcorrer dos fundamentos com os quais procuramos demonstrar a nossa posição no tormentoso tema. Para continuarmos, é preciso analisar se existe ou não direito regressivo, na hipótese da denunciação da lide ao verdadeiro dono do veículo, à época dos fatos que resultaram em danos, feita por aquele que foi acionado, para compor tais danos, e em cujo nome ainda consta o veículo na repartição de trânsito e ou no Cartório de Títulos e Documentos.

De Plácido e Silva, in "Vocabulário Jurídico" ensina que, "Entende-se por direito regressivo toda a ação que cabe à pessoa, prejudicada por ato de outrem, em ir contra ele para haver o que é de seu direito, isto é, a importância relativa ao dispêndio ou desembolso que teve, com a prestação de algum fato, ou ao prejuízo que o mesmo lhe ocasionou. Pelo direito regressivo (ou direito de regresso), vai a pessoa buscar das mãos de outrem, aquilo de que se desfaleceu ou foi desfalecido o seu patrimônio, para reintegrá-lo na posição anterior, com a satisfação do pagamento ou da indenização devida".

O art. 70, do CPC, diz que **cabe denunciação** "àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda" (inciso III).

Observa-se, também, que o art. 159, do Código Civil, estabelece que "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, **fica obrigado a reparar o dano**". E na parte final desse dispositivo consta que "A verificação da culpa e a avaliação da responsabilidade regulam-se pelo disposto neste Código, arts. 1.518 a 1.532 e 1.537 a 1.553".

Trata-se da culpa aquiliana, extracontratual ou subjetiva, que se entende como a falta ou violação de dever, fundada num princípio geral de Direito que manda respeitar a pessoa e os bens alheios (Clóvis Beviláqua). A expressão "aquiliana" diz respeito à Lei "Aquiliana", na qual se firmou a obrigação de se ressarcir o **damnum injuria datum** (dano produzido pela injúria).

Observa-se, por outro lado, que um dos artigos ao qual se faz remissão no art. 159, é o 1.524, que prevê: "O que ressarcir o dano causado por outrem, se este não for descendente seu, pode reaver, daquele por quem pagou, o que houver pago".

Cuida-se, naturalmente, de faculdade legal que o credor pode exercer para se ressarcir daquilo que pagou em lugar de outrem, o que configura, sem dúvida, a existência de direito regressivo na hipótese ventilada, em face dos fundamentos aqui expostos.

Assim, **por força da própria lei**, e, evidentemente, não em função de qualquer contrato do denunciado com o autor, com quem, na hipótese, não teve qualquer negócio jurídico, mas com o réu, que poderá ter de pagar danos causados pelo

denunciado, se não provar, e bem, que não mais era o dono do veículo ao tempo dos fatos. E no caso de ter o réu assinado o recibo da compra e venda do veículo em branco, e outros compradores tiverem ingressado na corrente sucessória, a composição dos danos pagos ao autor pelo réu, terá então suporte **igualmente na lei e não no contrato**, porquanto, aquele que na hipótese tenha adquirido por último o mesmo veículo, também não teria tido qualquer negócio jurídico com o réu. Assim, o direito regressivo estaria presente na relação jurídica material (art. 1.524, CC) entre o réu que pagou, e o último proprietário do veículo, causador do acidente, podendo ser instrumentalizado ou exercitado com base no art. 70, III, do CPC.

É certo que o art. 70, do CPC, trata de denúncia **obrigatória**, dando margem a concluir que haveria a consequência drástica de o interessado perder a possibilidade de exercer o direito regressivo, se não fizer a denúncia. De fato, em relação ao exercício do direito que resulta da evicção (inciso I), porque também há a previsão do art. 1.116, do Código Civil, no sentido de que "Para poder exercer o direito, que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante, quando e como lho determinarem as leis do processo", se não houver a denúncia, já se decidiu pela perda do direito (RT 593/86; RJTJESP 94/112; JTA/106/9), **mas também existe decisão em sentido oposto** (RT 500/183), cuja ementa é a seguinte: "Intervenção de terceiro — Denúnciação da lide ao alienante em reivindicatória — Obrigatoriedade — Inexistência — Aplicação do art. 70, I, do Código de Processo Civil".

No que concerne ao inciso III, do mesmo art. 70, diversas e respeitáveis decisões têm concluído, e este também é o nosso entendimento, que a parte que não denunciou à lide apenas ficará sem título executivo que a habilite a exercer desde logo o direito de regresso, sem prejuízo de poder ulteriormente intentar ação contra o responsável (RT 492/159; RTFR 119/40; RJTJESP 36/136, 89/302; JTA 88/60), embora não se desconheçam decisões em sentido oposto (RT 481/94; RP 21/314).

Destarte, para quem entende que não há perda do direito de regresso, se não ocorrer a denúncia (art. 70, III), significa que **não se trata de denúncia obrigatória**, conforme posto no **caput** do artigo, **mas admissível ou facultativa**, inclusive porque não há previsão expressa de cominação de qualquer penalidade, como aquela observada em relação à evicção, guindada à condição de pressuposto para o exercício do direito regressivo (art. 1.116, CC).

Trata-se, sim, de **denúnciação facultativa**, modalidade admitida pela Primeira Turma do Tribunal Federal de Recursos, no Acórdão n.º 64.174-RJ, publicado no DJU de 9.10.86, pg. 18.801, tendo por Relator o eminente Ministro Dias Trindade (TFR 89/55).

Mas há autores que não admitem tal modalidade, tachando-a de incabível e contrária à melhor regra de hermenêutica, não cabendo distinguir onde o legislador não o fez ("Da Denúnciação da Lide", 1.ª Edição, Julex, por Norberto Carride Júnior). Esse autor, então advogado e hoje competente magistrado, admite, entretanto, na hipótese, que poderá aquele que deixou de denunciar se utilizar de ação para reaver o que pagou, mas com fundamento no enriquecimento sem causa.

Muitas vezes ocorrem decisões em nossos tribunais que procuram conciliar as duas posições, quando se manifestam a favor da manutenção dos atos processuais praticados, sem anular o que já está feito, com base no princípio da economia processual, **que inspirou o instituto da denúncia**. Essa situação pode se verificar quando há pedido de denúncia e o Juiz o defere, mas a parte contrária recorre e o tribunal dá provimento ao apelo, quando a prova já foi produzida, em

face de o agravo de instrumento não ter efeito suspensivo, em regra, ao mesmo tempo em que manda aproveitar o processo em relação ao autor e ao réu. Poderá ocorrer, ainda, conforme já mencionado (RT 536/208), que o tribunal entenda indevida a denúncia, mas se o denunciado veio compor a relação processual, aceitou a titularidade da defesa, exclui-se o denunciante do processo, aproveitando-se este entre o autor e o denunciado, inclusive por força do que dispõe o art. 250, parágrafo único, do CPC. Neste sentido: RT 603/135; JTA 65/83, 67/61.

Uma decisão entendeu que, nesse caso, basta ressaltar o direito de regresso ao réu (JTA 77/99), **admitindo, portanto, implicitamente, a existência de direito regressivo, na forma do art. 1.524, do CC.**

Tudo recomenda que se dê interpretação ampla ao art. 70, III, do CPC, atendendo ao princípio da economia processual, conforme **denúnciação admitida na espécie, e mesmo com fundamentos diversos**. Eis a ementa:

"Conexão. Se ambas as ações estão a reclamar indenização por perdas e danos decorrentes de um acidente de veículos, há comunhão de objeto das ações a que se refere o art. 103, do CPC, e a conexão a exigir a reunião dos processos. **Desimporta que a causa de pedir seja diversa**, uma com base na culpa contratual e a outra com fulcro no ato ilícito civil. **Denúnciação da lide**. É cabível, nos termos do art. 70, III, do CPC, se o denunciado está obrigado, por lei, a indenizar, em ação regressiva, o denunciante. Embora, em regra, não se permita introduzir fundamento novo na denúncia à lide, a espécie cogita de processos conexos, onde já está em discussão a culpa extracontratual do denunciado, **aplicando-se o princípio da economia processual.**" (RT 592/205).

No que se refere à conexão, não sendo admissível a reconvenção no procedimento sumaríssimo, por força do art. 315, § 2.º, do CPC, só resta ao réu a possibilidade de ajuizar ação paralela contra o autor, a ser distribuída por conexão e dependência (RJTEJESP 36/119; RF 251/193), não obstante entendimento diverso (RT 469/103).

A conexão se configura quando for comum o objeto ou a causa de pedir (art. 103, CPC).

A menção à reconvenção e à possibilidade de ação paralela é para demonstrar, também, o interesse e conveniência existentes em se aceitar julgamento simultâneo, com a mesma prova produzida, em tais circunstâncias, igualmente no caso de denúncia da lide ao dono do veículo ao tempo dos fatos e tido como causador do acidente, por aplicação do princípio **Ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio**.

No tocante à mencionada teoria do dano direto e imediato (art. 1.060, CC), acolhida por alguns, para não admitirem a denúncia, ensina J. M. Carvalho Santos ("Código Civil Brasileiro Interpretado", Vol. XIV, 8.ª Edição, Freitas Bastos, pág. 268), que "visa a impor certo limite à responsabilidade do devedor, para que não responda por danos a que não deu causa, mesmo que tenha agido com dolo na inexecução da obrigação".

Não se vislumbra, por isso, incompatibilidade em que o réu, ao ser judicialmente acionado, para compor danos causados por veículo que não mais é seu, mas ainda consta em seu nome nos registros públicos, denuncie à lide àquele que tem a propriedade do veículo ao tempo dos fatos danosos, mesmo porque, há presunção, ainda que relativa, no sentido de que o denunciante, na hipótese, é o dono do veículo, e deve provar seguramente o contrário, pois é exclusivamente seu o ônus da prova (art. 333, II, CPC), sendo que a melhor maneira de fazê-lo é trazer o atual



dono ao processo, que, por sua vez, também terá, em regra, real interesse no debate da prova, em confronto com o autor da demanda, no que concerne ao mérito da questão, ainda que admita, desde logo, ter adquirido efetivamente o veículo, pois muitas vezes poderá o próprio denunciado contribuir, em muito, para o Juiz concluir até pela improcedência da ação em relação a ele, denunciado, por ausência de culpa subjetiva ou extracontratual, mesmo que a carência também seja reconhecida no tocante ao réu-denunciante. Lá, questão de mérito; aqui, ilegitimidade de parte, ausência de uma das condições da ação.

E, no final das contas, será o verdadeiro causador **direto e imediato** dos danos que irá arcar com os efeitos da sentença condenatória, servindo o processo como instrumento para alcançá-lo, tal como quer a teoria do direito material (art. 1.060, CC).

Ademais, a "precisão" a que se refere o acórdão mencionado (RT 583/138), com que o réu poderá apontar o verdadeiro causador do acidente, ou, pelo menos, nele envolvido, dificilmente se obterá sem a participação de tal pessoa, que, uma vez denunciada, estará no processo, e poderá admitir ou negar a propriedade do veículo ao tempo dos fatos, o que é absolutamente necessário saber, realmente com precisão, para concluir pela carência ou não da ação, em relação à pessoa denunciada.

A propósito, diz o art. 75, II, do CPC, que o denunciado poderá se manter revel ou vir ao processo apenas para negar a qualidade que lhe foi atribuída, cumprindo ao denunciante, então, prosseguir na demanda até final, mas, se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor, poderá o denunciante prosseguir na defesa (inciso III), ou, se o autor concordar, ficar desde logo excluído, prosseguindo a demanda entre ele, autor, e o denunciado, conforme o permite o art. 42, § 1.º, do mesmo estatuto formal, no tocante à substituição das partes.

Mas o autor também poderá ter outras razões para não concordar com a exclusão do réu, desde logo, porque, em princípio, e por presunção relativa, ele aparece nos registros públicos como o proprietário do veículo, e a prova de que isso não ocorre, é dele, réu e não do autor. Este apenas terá de provar a culpa extracontratual (art. 159, CC, c/c o art. 333, I, CPC), e não a propriedade do veículo.

Digamos, no entanto, que o patrimônio do réu-denunciante se apresente mais sólido do que o do denunciado, para responder pelos danos causados... Aí estaria, em princípio, um bom motivo para o autor não aceitar, desde logo, a exclusão do réu, aguardando-se que ele produza prova bastante, para trazer a lume aquela "precisão" a que se refere o citado acórdão.

A aceitação da denúncia, na hipótese aqui estudada, também terá o condão de evitar sentenças eventualmente conflitantes, que desprestigiariam a própria Justiça.

Por outro lado, e no mesmo passo, também para apurar o direito de regresso, **na sua forma eventual**, como referido no acórdão publicado in RT 598/171, supramencionado, melhor se obterá o resultado, se o denunciado estiver no processo, onde tudo se resolverá, de uma vez, a quem cabe a responsabilidade pelo evento danoso.

Se a prova for favorável ao réu, dar-se-á pela carência da ação em relação a ele, e pela procedência ou improcedência para o denunciado, resolvendo-se a questão de mérito perante o autor; se, no entanto, a transferência do veículo não ficar

suficientemente comprovada, então a procedência ou improcedência da ação poderá recair em relação ao réu e também ao denunciado, sucessivamente, desde que fique demonstrado que era o denunciado quem dirigia o veículo por ocasião do acidente, como mero detentor ou preposto do réu. Nas circunstâncias, responde perante o réu, e este perante o autor, pelos prejuízos causados. E poderá ocorrer, ainda, não ficar provado que o denunciado era o proprietário do veículo ao tempo dos fatos, e também que teve qualquer participação no evento, resultando na carência da ação em relação a ele, e na procedência no tocante ao réu, uma vez provada a culpa de quem dirigia o veículo, ainda em seu nome.

Mas, o que efetivamente poderá ocorrer, na relação processual, caso a transferência do veículo do réu para o denunciado fique devidamente comprovada, dando-se pela carência da ação em relação àquele, considerando que entre autor e denunciado nunca houvera relação jurídica quanto ao mesmo veículo, fundamento utilizado, aliás, em muitos casos, para negar a denúncia, por se entender que inexistia, na espécie, o direito de regresso?

Justifica-se a situação, a nosso ver, por diversos fundamentos, e, **"embora aparentemente errônea, sob o ponto de vista técnico-processual, apenas essa solução se ajusta à tutela do direito, às partes que o têm a ser protegido"**, conforme decisão do 1.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, na Apelação n.º 312.808, da Comarca de São Paulo, que admitiu a denúncia em caso que se inclui na espécie, tendo o acórdão a seguinte ementa: **"Denúnciação da lide — Colisão de veículos — Ação de indenização — Inocorrência de qualquer culpa do denunciante — Hipótese de substituição processual — Voto vencido — Inteligência do art. 70, III, do CPC — Há hipóteses em que a denúnciação da lide equivale, por assim dizer, a uma quase substituição processual, a apontar um responsável exclusivo pelo evento, e não uma situação em que existiria um responsável em caráter meramente subsidiário e outro responsável em caráter final e principal"** (RT 576/134).

O voto vencido, do então Juiz Paulo Shintate, hoje ilustre Desembargador, defendeu solução diversa quanto ao mérito, sem afetar a tese processual supra, pois apenas entendia que, naquele caso concreto, a ação deveria ter sido julgada procedente em relação ao denunciante e ao denunciado.

A tese vencedora, na verdade, teve supedâneo decisivo em brilhante e perspicaz voto do emérito Desembargador Yussef Said Cahali, então Juiz da 5.ª Câmara daquele mesmo 1.º Tribunal de Alçada Civil, proferida na Apelação n.º 272.832, cuja redação é praticamente igual à da mencionada ementa.

Anota-se que o Juiz de 1.ª Instância, por ter ficado comprovada a culpa exclusiva da denunciada, julgou a ação improcedente, e cominou verba honorária ao autor a favor da ré-denunciante, e atribuiu a esta a verba honorária a favor da denunciada. Houve recurso do autor, para obter condenação da ré e da denunciada, solidariamente, e a ré também recorreu, para se ver exonerada dos honorários da denunciada.

O tribunal acolheu integralmente o recurso da ré, dando parcial provimento ao do autor, para condenar exclusivamente a denunciada, não só em relação à pretensão do autor, mas, também no tocante aos honorários da ré.

O acórdão não o diz expressamente, mas parece evidente que ocorreu a carência da ação em relação à ré.

O que se verificou nesse julgamento foi uma verdadeira **substituição processual não consensual**, pois o autor pretendia a condenação tanto da ré quanto da denunciada, embora pudesse consentir na substituição daquela por esta, conforme facultado pelo art. 42, § 1.º, do CPC.

Essa substituição, ou quase substituição, no entendimento do acórdão, operou-se por intermédio da denúncia prevista no art. 70, III, do CPC.

É correto que essa decisão, para assim proceder, também aduziu que, na hipótese, "deve haver um mínimo de responsabilidade do denunciante", o que contraria a própria conclusão do acórdão, que liberou integralmente o denunciante. Mas, ainda assim, esse mínimo de responsabilidade deve ser entendido em sua forma **virtual**, e não concreta, segundo pensamos. E é claro que, com o veículo ainda em seu nome nos registros públicos, o denunciante é o virtual responsável pelos danos causados com o veículo, até que prove o contrário. E também poderá ter colaborado, de algum modo, para a sobrevivência da situação, como, por exemplo, se assinou o recibo de compra e venda em branco e sem data, fazendo com que o denunciado retardasse a transferência junto à repartição de trânsito, ou mesmo passasse o veículo adiante, para outrem. Aliás, já se decidiu, a nosso ver de forma escoreta, que assinado recibo em branco e sem data, o réu, chamado processualmente para compor os danos, e ainda que fique provada a responsabilidade do denunciado, não tem direito à verba honorária que, em princípio, lhe seria devida pelo autor, em face do reconhecimento da carência da ação no tocante ao réu-denunciante. Nesse sentido, acórdão em Apelação n.º 408.726/9, da Comarca de Campinas, Vara Distrital de Valinhos, da 4.ª Câmara Especial de janeiro de 1989, do 1.º Tribunal de Alçada Civil, já citado neste trabalho.

E não tem direito a tal verba porque foi negligente ao assinar o recibo em branco, e deve responder com um mínimo de responsabilidade.

Milton Flaks ("Denúnciação da Lide", pág. 76, *apud* RT 585/117) pondera que, no caso de denúnciação de proprietário a preposto ou mero detentor, mas causador do evento, poderá configurar chamamento ao processo (art. 77, III, CPC), em virtude da solidariedade instituída pelos arts. 1.518 e seguintes, do CC, pois o credor poderia agir contra ambos, motorista e proprietário, presentes os três pressupostos do chamamento: lide pendente, obrigação solidária e direito de regresso do réu contra o terceiro (art. 1.524, CC).

Na hipótese estudada neste trabalho, entendemos que poderia ocorrer situação configuradora de obrigação solidária, se, por exemplo, o causador do evento fosse acionado, e ele chamasse ao processo aquele em cujo nome está o veículo, alegando que ainda não o havia adquirido, embora estivesse experimentando o mesmo com pretensão de compra, ainda que outra fosse a versão do chamamento ao processo, tudo dependendo de prova para a solução da demanda, quanto à atribuição da responsabilidade pelos prejuízos causados.

Mas acionado aquele em cujo nome está o veículo, que, então, denuncia o causador do evento, na condição de novo proprietário, ainda que se chegue à responsabilidade de ambos, não haveria solidariedade, uma vez que o denunciante responderia perante o autor, e o denunciado perante o denunciante, sucessivamente. A solidariedade, no caso, poderia se configurar, sim, se o autor, desde logo, ajuizasse ação contra ambos — aquele em cujo nome estava o veículo e o causador do evento, e se a transferência do domínio não ficasse comprovada.

Compete ao Juiz velar pela rápida solução do litígio, na direção do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 125, II, e art. 130,

do CPC), e ajuizada a ação por iniciativa da parte, incumbe-lhe, ainda, desenvolver o processo por impulso oficial (art. 262).

**A rápida solução do litígio deverá ser compreendida em sua verdadeira dimensão, observadas certas circunstâncias, evitando-se, também, sempre que possível, alguma demanda futura como desdobramento da primeira.**

A lei é menos do que o Direito, e há princípios que não se encontram expressos naquela, mas que devem ser considerados em função da maior amplitude deste.

Assim, se o Juiz, no exercício de suas funções relevantemente sociais, puder resolver duas demandas num só processo, pacificando um maior número de espíritos num único momento, a denúnciação à lide poderá ser, muitas vezes, campo certo para esse objetivo.

A lei processual tem índole instrumental, para fazer valer o direito material, e, quando possível, deve ser flexibilizada para melhor adequação à realidade e atualidade de cada caso concreto, para melhor distribuição da justiça, e a Jurisprudência tem nos dado muitas lições a esse respeito.

Com efeito, a **denúnciação teve inspiração no princípio da economia processual**. Assim é que, embora pareça paradoxal esta afirmação, pois poderá alongar um pouco mais a solução do processo, **resolverá, contudo, duas demandas num único processo**, produzindo-se uma única prova, e dando-se oportunidade de o denunciado participar ativamente de todos os atos, como imperativo até de justiça, pois poderá ser, e isto ocorre com muita frequência, o responsável final quanto à pretensão deduzida pelo autor.

Conforme entendimento de J.J. Calmon de Passos ("Comentários ao Código de Processo Civil", Ed. Forense, n.º 66, pág. 125), teria sido mais aconselhável prever no Código, no procedimento sumaríssimo, a **denúnciação antes da audiência** (art. 278, CPC).

Também perfilhamos desse pensamento, pois é sabido que, na prática, e apesar da previsão no sentido de que as ações de rito sumaríssimo correm nas férias forenses (art. 174, II, CPC), mas também sabemos que pouco andam nesse período, por falta de Juizes, certo é que o prazo de 90 (noventa) dias para terminar esse tipo de processo em 1.ª Instância (art. 281), **não passa do campo da teoria**, e até já se decidiu, por isso, que o excesso de prazo é irrelevante (RT 502/93, 603/161; RJTJESP 45/158), tendo em vista a realidade brasileira.

De fato, em regra, pelo país afora, as audiências dessa natureza são designadas com prazos bem maiores, e a defesa apresentada antes da audiência, que poderia ser no prazo de 15 (quinze) dias, conforme ocorre no rito ordinário, possibilitaria, muitas vezes, a diminuição de uma audiência, resolvendo-se tudo, inclusive com relação ao denunciado, possivelmente na primeira e única audiência.

### Ônus da prova e os efeitos da revelia

Se aquele em cujo nome estiver o veículo, acionado judicialmente para reparar danos causados em acidente, não comparecer à audiência (art. 278, CPC), deixando de apresentar defesa, sem dúvida suportará os efeitos da revelia (art. 319) ressalvado o disposto no art. 320, do mesmo estatuto, e assim ocorre mesmo que tenha vendido o veículo antes do evento, porque o ônus dessa prova é exclusivamente seu (art. 333, II, CPC).

Assim, dois são os fundamentos pelos quais responderá pelos prejuízos: porque até segura prova em contrário, o veículo é seu, havendo presunção relativa nesse



sentido, em face da fé pública de que se reveste o registro; e porque, permanecendo inerte, não se interessando pelo resultado da demanda, os fatos acabam sendo aceitos como verdadeiros, de conformidade com a norma apontada.

A propósito, decisão publicada in RT 583/137, que cuida de litigante que havia perdido ação contra ele intentada, **não apresentando defesa e tornando-se revel**, e depois propôs ação contra quem lhe havia comprado o veículo antes do evento, visando a receber o que pagara ao autor da outra demanda. A ação foi julgada improcedente, cuja ementa do acórdão é a seguinte: "Responsabilidade civil — Ação de indenização proposta contra adquirente de automóvel, por não o ter transferido para o seu nome, alienando-o a terceiro, que deu causa ao acidente — Autor condenado a indenizar em ação que correu à sua revelia — Nexos causal inexistente — Inércia caracterizada — Improcedência. Não sendo a falta de transferência do veículo a causa do dano, mas sim a inércia do autor, que não participou da ação, sem demonstrar que não era o titular do veículo, a responsabilidade não pode ser debitada ao adquirente, já que ocorreu nova causa, que rompeu a anterior, e, em consequência, o nexos causal".

Nessa situação entendemos, no entanto, que caberia ação contra o verdadeiro causador dos danos, porque a ninguém é lícito tirar vantagem em prejuízo de outrem, sem justa causa. Conforme basilar princípio de Direito, não se podendo coonestar com a impunidade patrimonial de quem se houve com culpa, punindo a quem não a teve. Mas é evidente que a prova da culpa pelo evento cabe inteiramente ao autor da nova demanda (art. 333, I, CPC).

Ademais, a revelia nem sempre traduz a vontade do réu, em não se defender, pois não raro, e apesar das consequências constarem no mandado de citação, o réu não se defende por ignorância, por falta de orientação mais adequada, ou até por falta de condições de pagar advogado e desconhecer a existência de assistência judiciária gratuita. A defesa pode não ter sido apresentada também por motivo de força maior ou caso fortuito, como, por exemplo, em face de algum acidente ou morte na família, perdendo-se o prazo, e desconhecendo-se a possibilidade de intervenção no processo a qualquer tempo, antes do final, conforme dispõe o art. 322, do CPC.

Todos esses motivos justificam, também, que permaneça aquele que pagou por outrem com o direito de se voltar contra o culpado pelos danos, ainda que pelo fundamento do enriquecimento sem justa causa.

### Carência ou improcedência da ação em relação ao denunciante?

Admitida a denunciação da lide ao comprador do veículo em cujo nome ainda não se encontra na repartição de trânsito, haverá carência ou improcedência da ação em relação ao denunciante?

Decidiu a 4.<sup>a</sup> Câmara Especial de janeiro de 1989, do 1.<sup>o</sup> Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, na Apelação n.<sup>o</sup> 408.726/9, da Vara Distrital de Valinhos, Comarca de Campinas, que se trata de **carência** contra erudito voto do Relator Costa de Oliveira, que sustentava a **improcedência**, com o fundamento de que a ilegitimidade de parte para a causa é questão de mérito.

Também o nosso entendimento está no mesmo sentido da maioria, não obstante os inteligentes argumentos do ilustre Relator, pois a legitimidade das partes

para o processo está definida em lei como uma das condições da ação, cuja ausência leva à extinção do processo, **sem julgamento do mérito** (art. 267, VI, CPC).

E como ensina Humberto Theodoro Júnior, citando Arruda Alvim, "condições ou requisitos da ação são as categorias lógico-jurídicas, existentes na doutrina e, muitas vezes, na lei (como é claramente o caso do direito vigente), mediante as quais se admite que alguém chegue à obtenção da sentença final. Por conseguinte, à falta de uma condição da ação, o processo será extinto, prematuramente, sem que o Estado lhe dê resposta ao pedido de tutela jurídica do autor, isto é, **sem julgamento do mérito**. Haverá ausência do direito de ação ou, na linguagem corrente dos processualistas, **ocorrerá carência de ação**" ("Processo de Conhecimento", 3.<sup>a</sup> Edição, Forense, págs. 54/55).

De fato, sob o ponto de vista da teoria do processo, quando o Juiz extingue o mesmo por algum vício relativo aos seus pressupostos (art. 267, IV, CPC), ou por falta de concorrência das condições da ação (VI), não chega a ferir o mérito da questão. Em outras palavras, ao receber a petição inicial, ou logo após a resposta, ou por ocasião do despacho saneador ou audiência designada, consoante for o rito legal, o Juiz analisa, obrigatoriamente, em primeiro lugar, **os pressupostos** para a constituição válida e o desenvolvimento do processo, depois verifica se estão presentes **as condições da ação**, e só então é que se debruça sobre o mérito da demanda, para decidi-lo como for de direito.

A partir do Código de 1973 existe situação excepcional, quando o Juiz pode extinguir o processo, **com julgamento do mérito, logo ao apreciar a petição inicial**, o que, à primeira vista, pode parecer estranho.

De fato, se devidamente comprovada, com os documentos juntados com a inicial pelo próprio autor, a decadência ou a prescrição de direito indisponível (não patrimonial), o Juiz poderá desde logo decretar a extinção do processo, e com julgamento do mérito (art. 219, § 5.<sup>o</sup>, c/c arts. 269, IV, 295, IV, e 329; RT 482/271). É que o legislador de 1973 entendeu os institutos da decadência e da prescrição como sendo de mérito, e não condição da ação, consubstanciada no interesse de agir.

Assim, em se tratando de extinção do processo, por falta dos requisitos relativos a seus pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos, e também pela ausência das condições da ação (legitimidade de parte, interesse de agir e possibilidade jurídica), não se pode falar em apreciação do mérito da questão, pois este implica em não se poder mais discutir a matéria, quando decidida em definitivo, porque esbarraria no obstáculo da **coisa julgada material**. Enquanto as condições da ação se referem à relação jurídica processual, o mérito atinge a relação jurídica material, ou seja, traduz a entrega da prestação jurisdicional por inteiro.

No mesmo sentido de carência, e não improcedência, na hipótese mencionada, RT 437/127, 489/177, 497/212, 511/242, 513/265, 526/71, 526/224, 541/127, 542/232, 551/230, 558/107, 562/217, 572/108, 573/162, 574/150, 575/277, 580/147, 593/147, 601/270; JTACivSP 66/85, 70/67, 77/122 etc.

E não há qualquer prejuízo em que a sentença dê pela **carência da ação em relação ao denunciante**, e pela **procedência ou improcedência quanto ao denunciado**, conforme demonstrado (...RJTJESP 101/144).

## Conclusões:

1. A coisa móvel se transfere pela tradição, em regra, podendo ser citadas algumas exceções, dentre as quais a relativa à alienação fiduciária, a venda e compra com reserva de domínio e o constituto possessório.

O registro em nome de uma pessoa faz presumir que o domínio lhe pertence, salvo segura prova em sentido contrário, cujo ônus é do réu, acionado em ação de reparação de danos (art. 333, II, CPC).

2. O direito de regresso a que se refere o art. 70, III, do CPC, também tem sua correspondência nos arts. 159 e 1.524, do Código Civil, nos casos em que a pessoa que consta como proprietária no registro público paga danos causados por outrem, quando o veículo já não lhe pertencia ao tempo dos fatos.

Na hipótese, deve ser responsabilizado o novo proprietário, exclusivamente ou em caráter solidário com o causador dos danos, se for o caso.

Na dúvida sobre ter ou não ocorrido a transferência do domínio, responde aquele que consta como dono, solidariamente com o causador direto e imediato dos danos, se for o caso (art. 1.060, CC; RT 570/221).

3. Pelas razões expostas neste trabalho, no caso do referido art. 70, III, do CPC, dispositivo que interessa diretamente à matéria aqui analisada, e que possibilita o exercício do direito de regresso no mesmo processo, **a denúncia nem sempre é obrigatória**, inclusive porque sequer existe cominação expressa sobre qualquer penalidade para o caso de não ser feita. Ao contrário, **é facultativa e admissível** (TFR 89/55). Assim, não só cabe nas hipóteses de ação de garantia (RT 534/148 e 585/116) mas sempre que haja direito regressivo a ser exercitado, para alcançar o verdadeiro causador direto e imediato dos danos.

Mas o não exercício dessa faculdade, nem por isso faz perder o direito regressivo, que poderá ser exercitado em separado (RT 492/159; RTFR 119/40; RJTJESP 36/136, 89/302; JTA 88/60).

4. No caso de reparação de danos por acidentes de veículos, se o réu não mais era o proprietário do móvel ao tempo dos fatos poderá denunciar o novo dono, e, embora este não tenha tido negócio jurídico com o autor em relação ao mesmo veículo, poderá substituir o réu no processo, se o autor assim permitir, de acordo com a previsão do art. 42, § 1.º, do CPC, prosseguindo a demanda entre autor e denunciado, como se este tivesse sido réu desde o início da ação (RT 603/135; JTA 65/83, 67/61).

A exclusão do denunciante dar-se-á com base no art. 267, VI, do CPC, por ilegitimidade de parte (carência de ação), e poderá não ter direito a honorários advocatícios em relação ao autor, se, por exemplo, foi negligente ao assinar o recibo de compra e venda em branco e sem data, contribuindo, dessarte, para o retardamento da transferência por parte do novo proprietário do veículo (Apelação n.º 408.726/9, 4.ª Câmara Especial de Férias, do 1.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, que também faz referências a outras decisões no mesmo sentido).

No entanto, **mesmo sem a concordância do autor**, e permanecendo o réu-denunciante no processo, **como virtual responsável**, entendemos cabível a substituição processual deste, que, nesse caso, operar-se-á somente a final, pois a prova sobre a transferência do domínio melhor será produzida com a presença do denunciado, e se este era realmente o dono do veículo ao tempo dos fatos nada impede que a ação seja julgada procedente ou improcedente em relação a ele, tudo

dependendo da prova produzida, excluindo-se o réu-denunciante, pela carência da ação.

**Embora aparentemente errônea, sob o ponto de vista técnico-processual, a solução melhor se ajusta à tutela do direito**, conforme entendimento esposado em acórdão publicado in RJTJESP 101/144.

Opera-se, na hipótese, pela denúncia, situação que equivale, por assim dizer, a uma "quase substituição processual", a apontar um responsável exclusivo pelo evento, e não uma situação em que existiria um responsável em caráter meramente subsidiário e outro responsável em caráter final e principal, no entendimento de uma outra decisão, favorável à tese aqui defendida (RT 576/134).

Trata-se, na verdade, de uma **substituição não consensual**, em contraposição àquela prevista no art. 42, § 1.º, do CPC.

Essa substituição **sui generis**, de qualquer modo, constitui **solução que melhor atende ao princípio de economia processual, que inspirou o instituto da denúncia, porque resolve duas demandas num único processo**.

Ademais, tal como ocorre com o instituto da conexão (art. 103, CPC), existe conveniência que tudo se resolva com uma única prova, para evitar decisões conflitantes **Ubi eadem ratio ubi eadem legis dispositio**. Imagine-se a hipótese de ficar decidido no primeiro processo que o dono do veículo ao tempo dos fatos era outrem que não aquele que consta na repartição de trânsito, extinguindo-se o processo sem julgamento do mérito, e depois, num segundo processo, movido contra a pessoa indicada como nova proprietária, a prova conduzir a solução diversa... Perderia o autor, novamente sem a entrega da prestação jurisdicional adequada, e ficaria abalado o prestígio da Justiça, em face das decisões conflitantes.

5. Não há qualquer prejuízo em se exercitar a denúncia nas hipóteses apontadas, ficando atendidos os princípios norteadores a respeito, com comando nos arts. 154, 249, § 1.º, e 250 e par. único, do CPC.

Assim, o autor não sofre prejuízo, e até auferir vantagens, porque não terá de ajuizar nova ação contra aquele que for indicado como sendo o verdadeiro dono do veículo ao tempo dos fatos; o réu-denunciante por sua vez, melhor poderá provar com a presença do denunciado no mesmo processo, no sentido de que lhe havia vendido o veículo antes dos fatos, o que lhe interessa, sobremaneira, pois não fazendo essa prova, prevalecerá o que consta no registro público, que goza da presunção de verdade, até prova em contrário, no sentido de que dono é aquele que consta no certificado de trânsito ou no Cartório de Títulos e Documentos como tal; e, finalmente, o denunciado não sofre qualquer prejuízo, porque no mesmo processo ou fora dele, a sua situação em nada piora, e até pelo contrário, quando da produção da prova no primeiro e único processo, já poderá debater a questão de mérito de forma ampla quanto à eventual ausência de culpa de sua parte, embora proprietário do veículo, levando à possível improcedência da ação, ou, então, discutir a própria questão da propriedade do veículo, não se justificando o acolhimento somente da versão do réu-denunciante para dilucidar esse aspecto.

Por outro lado, ganha a Justiça, que resolve duas demandas num único processo, atendendo plenamente à sua finalidade, mostrando-se bastante especioso o argumento de que haveria, na hipótese, o injustificado retardamento do processo, porquanto, na prática, dificilmente haveria maior celeridade se as demandas fossem julgadas em separado, exigindo dupla produção de prova, conforme se procurou demonstrar ao longo deste trabalho.



É claro que, se o réu se mantém revel, incidirá o disposto no art. 319, do CPC, quanto à matéria de fato, e valerá o registro na repartição de trânsito em relação à matéria de direito, para atribuir responsabilidade pelo evento. Todavia, nem assim, segundo conclusão fundamentada a que chegamos, o réu perderá a possibilidade de acionar o verdadeiro causador dos danos, em ação própria, porque a ninguém é lícito auferir vantagem patrimonial sem justa causa e em detrimento de outrem.

6. Outrossim, conforme observado por J. J. Calmon de Passos (ob. cit.), teria sido mais aconselhável prever o Código, no procedimento sumaríssimo, a **defesa antes da audiência** (art. 278), e nela embutida eventual denúncia da lide, pois ensejaria, na maioria das vezes, que numa única audiência já se entregasse a prestação jurisdicional completa aos litigantes (autor, réu e denunciado), como convém ao salutar princípio da economia processual e ao prestígio da Justiça, que deve ser preservado e também aperfeiçoado.

Fica-se na expectativa dessa melhora, que serviria para agilizar os processos também em relação a outras eventuais denúncias, de natureza diversa, e mesmo na hipótese de ser necessária uma segunda denúncia, na cadeia sequencial, para alcançar o causador direto e imediato dos danos, se, por exemplo, o mesmo veículo, à época dos fatos, já havia sido revendido por quem o adquirira da pessoa que consta no certificado de trânsito como dono, e, por consequência, virtual responsável pelos prejuízos, cuja reparação se objetiva. Nessa última hipótese, se observados corretamente os prazos do art. 72, § 1.º, "a" e "b", do CPC, para citação, não adviria prejuízo para a boa solução das demandas, em discussão no mesmo processo.

7. A visão social e teleológica do processo é fundamental para que se atinjam os seus reais objetivos. A sua natureza instrumental e dinâmica permite, ao contrário do estático direito material, a busca permanente de soluções que melhor traduzam a implícita vontade da norma, de bem servir aos jurisdicionados. O seu aperfeiçoamento depende muito mais dos estudiosos e dos aplicadores da norma, do que do próprio legislador, que sempre atua em fase **consequente e não antecedente**, em relação àqueles, em cujos reclamos se espelham.

Relevante, em matéria processual, a prática de cada dia, para detectar as suas deficiências, indicando-as ao legislador, para possíveis e oportunas adequações. Enquanto estas não vêm, resta ao aplicador da norma adaptar as situações ocorrentes em casos concretos, para a maior dignidade de sua missão social, tal como a água, que se ajeita ao formato do cântaro que, momentaneamente, lhe serve de abrigo.

